Cerâmica

Classificação de acordo com CAE rev3: Secção C - INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS. Divisão - 23 Fabricação de outros produtos minerais não metálicos. Grupos:

- 232 Fabricação de Produtos Cerâmicos Refratários. Compreende a fabricação de produtos refratários moldados a partir de qualquer base e qualquer que seja o fim do produto (construção, isolamento, laboratório, etc.) e de produtos refratários não moldados (argamassas, cimento, betões, indutos bem como outras misturas preparadas). Inclui também a fabricação de produtos calorífugos (obtidos a partir de farinhas siliciosas fósseis) e de produtos que contenham magnesite, dolomite
- 233 Fabricação de Produtos Cerâmicos para a Construção Compreende a fabricação de azulejos (material cerâmico vidrado para revestimento), assim como a sua pintura. Compreende a fabricação de ladrilhos, mosaicos e placas cerâmicas obtidas por prensagem (vidradas ou não) para pavimentação e revestimento. Compreende a fabricação de tijolos, telhas e de outros produtos cerâmicos para a construção. Compreende a fabricação de tubos, canalizações, elementos de chaminés e de outros artigos não refratários de barro para a construção.
- 234 Fabricação De Outros Produtos De Porcelana E Cerâmicos Não Refratários Compreende a fabricação de artigos cerâmicos para uso doméstico e hotelaria (louças, artigos de toucador, etc.) e de ornamentação (estatuetas, objetos de fantasia, etc.) em porcelana, faiança e matérias similares. Inclui a pintura destes artigos. Compreende a fabricação de artigos fixos para usos sanitários, de porcelana, faiança e grés fino. Compreende a fabricação de isoladores e peças isolantes de cerâmica para instalações elétricas. Compreende a fabricação de produtos cerâmicos para laboratórios e para usos químicos ou industriais. Inclui válvulas de materiais cerâmicos. Compreende a fabricação de recipientes de cerâmica próprios para transporte ou embalagem de produtos e de outros artigos cerâmicos não compreendidos nas posições anteriores.

Não inclui:

- · Fabricação de brinquedos de cerâmica (32400);

· Fabricação de bijutaria (32130).					
	Estatísticas Industriais 202		1			
Grandezas	Seção C- Indústria Transformadora (IT)	CAE 232&233&234	Peso na IT (%)			
Número de empresas (nº)	67.317	1.120	1,7			
Volume de Negócios (milhões de Euros)	102.856	1.322	1,3			
Número de Trabalhadores (nº)	727.114	18.591	2,6			
VABpm² (milhões de Euros)	24.857	530	2,1			
Indicadores						
Trabalhadores/Empresa	10,8	15,5				
Produtividade aparente do Trabalho ³	34,2	23,5				
	Estatísticas Comércio Externo	20214				
Grandezas	Seção C- Indústria Transformadora	NC 69	Peso (%)			
Exportação de bens (milhões de Euros)	59.255	813	1,4			
Importações de bens (milhões de Euros)	69.910	227	0,3			
Balança Comercial (milhões de Euros) (Exportações Importações)	-10.655	586				
Análise Setorial ⁵	A indústria cerâmica da União Europeia é líder mundial na produção de produtos cerâmicos de elevada qualidade, designadamente azulejos, tijolos e loiça sanitária. Os fabricantes são maioritariamente pequenas e médias empresas com grande capacidade de acesso a novos mercados e de inovação em novos materiais e tecnologias como resposta aos desafios que se apresentam. O subsetor da cerâmica estrutural (telhas, tijolos, pavimentos) poderá sofrer concorrência com a crescente introdução de outros materiais no setor da construção (e.g., madeira, cortiça) associados a uma mudança de paradigma que já começa a privilegiar materiais com características de reservatórios de carbono. Os principais desafios que este setor enfrenta são: a concorrência de produtos de baixo custo provenientes de economias emergentes; os elevados preços da energia e a dependência de matérias-primas de produtores de fora da União Europeia; as barreiras comerciais; as mudanças no estilo de vida e a substituição por outros produtos e atrair e manter uma força de trabalho qualificada.					
Legislação Ciclo de Vida do Produto e Comercialização	(UE) n.º 305/2011 do Parlamento Europe - Regulamento (UE) nº 305/2011 do Parlamento Europe harmonizadas para a comercialização Conselho; - Decreto-Lei n.º 220/2012 de 10 de outub decorrentes do Regulamento (CE) n.º 12	amento Europeu e do Conselho, de 9 de março dos produtos de construção e que revoga a D ro que assegura a execução na ordem jurídica 72/2008, do Parlamento Europeu e do Conselh alagem de substâncias e misturas; Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de	o estabelece condições iretiva 89/106/CEE do interna das obrigações o, de 16 de dezembro,			

¹ Fonte: INE

maio de 2023 1/4

² VABpm = Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado

³ VABpm/nº trabalhadores

⁴ Fonte: Síntese Setorial, Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia e EUROSTAT

⁵ ROTEIRO PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA 2050 (RNC2050); https://ec.europa.eu/growth/sectors/raw-materials/industries/non-metals/ceramics_en

Legislação	Ciclo de Vida do Produto e Comercialização	Setorial Continuação)	- Decreto-Lei n.º 293/2009, de 13 de outubro que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1907/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro;
	Jonier Gunzayav		- Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2006 relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas (REACH), que cria a Agência Europeia das Substâncias Químicas;
			- Decreto-Lei n.º 190/2007, de 11 de maio que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/31/CE, da Comissão, de 29 de abril;
			 Diretiva 2005/31/CE da Comissão, de 29 de abril, que altera a Diretiva 84/500/CEE do Conselho no que diz respeito à declaração de conformidade e aos critérios de desempenho do método analítico relativamente a objetos cerâmicos destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios;
			- <u>Diretiva do Conselho 84/500/CEE, de 15 de outubro, relativa à aproximação das legislações dos Estados-membros respeitantes aos objetos cerâmicos destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios;</u>
			- Decreto-Lei n.º 175/2007, de 8 de maio que estabelece as regras de execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (CE) n.º 1935/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de outubro;
			- Regulamento (CE) nº 1935/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de outubro, relativo aos materiais e objetos destinados a entrar em contacto com os alimentos;
			- Regulamento (CE) nº 2023/2006 da Comissão, de 22 de dezembro, relativo às boas práticas de fabrico de materiais e objetos destinados a entrar em contacto com os alimentos;
		Conexa	- Decreto-Lei nº 6/2021, de 12 de janeiro que assegura a execução na ordem jurídica nacional do Regulamento
			(UE) n.º 2019/515, relativo ao reconhecimento mútuo de mercadorias comercializadas legalmente noutro Estado-Membro; - Regulamento (UE) nº 2019/515 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de março de 2019 relativo ao reconhecimento mútuo de mercadorias comercializadas legalmente noutro Estado-Membro;
			- Decreto-Lei n.º 23/2011, de 11 de fevereiro que assegura a execução das obrigações decorrentes do
			Regulamento (CE) n.º 765/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de julho; - Regulamento (CE) n.º 765/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 julho de 2008, que estabelece os requisitos de acreditação e fiscalização do mercado relativos à comercialização de produtos;
			- Decreto-Lei nº 57/2008, de 26 de março, na sua redação atual, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva
			nº 2005/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio; - Diretiva 2005/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2005, relativa às práticas
			comerciais desleais das empresas face aos consumidores no mercado interno; - Decreto-Lei n.º 69/2005, de 17 de março, na sua redação atual, transpõe para a ordem jurídica interna a
			Diretiva n.º 2001/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de dezembro; - Diretiva 2001/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de dezembro de 2001, relativa à segurança
Lagislagãa	Liconolomonto	Fanasífica	geral dos produtos; ⁶ - Decreto-Lei nº 75/2015, de 11 de maio, na sua redação atual, aprova o Regime de Licenciamento Único de
Legislação	Licenciamento Industrial e Ambiental	Específica	 Decreto-Lei nº 75/2015, de 11 de maio, na sua redação atual, aprova o Regime de Licenciamento Unico de Ambiente (LUA); Decreto-Lei nº 169/2012, de 1 de agosto, na sua redação atual, estabelece o Sistema da Indústria Responsável (SIR);
		Outra	- Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime
			jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852; - Diretiva (UE) 2018/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio que que altera a Diretiva
			94/62/CE relativa a embalagens e resíduos de embalagens; - Diretiva (UE) 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio que altera a Diretiva
			2008/98/CE relativa aos resíduos; - Diretiva (UE) 2018/850 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio que altera a Diretiva 1999/31/CE relativa à deposição de resíduos em aterros;
			 Diretiva (UE) 2018/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de que altera as Diretivas 2000/53/CE relativa aos veículos em fim de vida, 2006/66/CE relativa às pilhas e acumuladores e respetivos resíduos, e 2012/19/UE relativa aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos;
			- Decreto-Lei n.º 12/2020, de 6 de abril, estabelece o regime jurídico aplicável ao comércio de licenças e emissão de gases com efeito de estufa, transpondo a Diretiva (UE) 2018/410;
			Diretiva (UE) 2018/410 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de março de 2018, que altera a Diretiva 2003/87/CE para reforçar a relação custo-eficácia das reduções de emissões e o investimento nas tecnologias hipocarbónicas, e a Decisão (UE) 2015/1814;
			- Decreto-Lei nº 145/2017, de 30 de novembro, assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) nº 517/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014; - Regulamento (UE) n° 517/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos
			gases fluorados com efeito de estufa;
			 Decreto-Lei nº 150/2015, de 5 de agosto, transpõe a Diretiva n.º 2012/18/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012; Diretiva 2012/18/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas
		<u> </u>	

⁶ Este diploma é revogado pelo Regulamento (EU) 2023/988 do Parlamento Europeu e do Conselho de 10 de maio de 2023 aplicável a partir de 13 de dezembro de 2024. maio de 2023

2/4

Legislação	Licenciamento Industrial e Ambiental	Outra (continuação)	 Decreto-Lei nº 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, transpõe a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro; Diretiva 2011/92/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente; 	
			 Decreto-Lei nº 127/2013, de 30 de agosto, na sua redação atual, estabelece o Regime de Emissões Industriais (REI), transpondo a Diretiva n.º 2010/75/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010; Diretiva 2010/75/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões 	
			 industriais (prevenção e controlo integrados da poluição); Decreto-Lei nº 38/2013 de 15 de março, na sua redação atual, concluí a transposição da Diretiva n.º 2009/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009; Diretiva 2009/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009, que altera a Diretiva 2003/87/CE a fim de melhorar e alargar o regime comunitário de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa; 	
			 Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho, na sua redação atual, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro; Diretiva 2004/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de abril de 2004, relativa à responsabilidade ambiental em termos de prevenção e reparação de danos ambientais; Decreto-Lei nº 127/2008, de 21 de julho, na sua redação atual, regula a execução na ordem jurídica nacional 	
			do Regulamento (CE) n.º 166/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de janeiro; - Regulamento (CE) nº 166/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de janeiro de 2006, relativo à criação do Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes;	
			 Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de maio, na sua redação atual, estabelece o Regime da Utilização dos Recursos Hídricos (RURH); 	
Associações	do setor	Cerame - Unie -	iação Portuguesa das Indústrias de Cerâmica e Cristalaria - The European Ceramic Industry Association pean Refractories Producers Federation	
Centros Teci	nológicos		recnológico da Cerâmica e do Vidro	
Centros de F		CENCAL - Centr	tro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica	
	cedores de bens e e	APICER: Documento de A Sustentabilida	referência: Setor da indústria cerâmica ade da Indústria Cerâmica Portuguesa	
		Associação Empresarial de Águeda: Estudo de Diagnóstico do Setor da Cerâmica ed. 2019		
			- The European Ceramic Industry Association: pap to 2050, 2021	
			Cecnológico da Cerâmica e do Vidro: lar No Setor Do Vidro E Da Cerâmica, 2019	
		Avaliação de cu	stos cumulativos (CCA) da indústria de cerâmica e vidro da EU, 2017	
Outros Links	S	aicep Portugal (de para as Condições do Trabalho Global - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. o Empresarial de Portugal	
		AIP - Associação ANJE - Associaç APA – Agência I	oresarial de Águeda o Industrial Portuguesa ão Nacional de Jovens Empresários Portuguesa do Ambiente	
		AT - Autoridade Banco de Portu	ide de Segurança Alimentar e Económica e Tributária e Aduaneira gal ção Empresarial de Portugal	
		COTEC Portugal DGAE - Direção	- Autoridade de Gestão do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização - Associação Empresarial para a Inovação -Geral das Atividades Económicas	
		DG Growth - Di ECHA- Agência ECOTERMIP – P	Geral do Consumidor rectorate-General for Internal Market, Industry, Entrepreneurship and SMEs Europeia De Produtos Químicos romoção da Ecoficiência dos Processos Térmicos Industriais	
		IAPMEI — Agên IGAMAOT – Ins	de Estratégia e Estudos icia para a Competitividade e Inovação, I. P. peção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território Nacional de Estatística	

maio de 2023 3/4

Outros Links (Continuação)	ITC – International Trade Centre				
	LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil				
	NEPSI - PLATAFORMA DA REDE EUROPEIA DE SÍLICA				
	Novo Verde				
	OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico				
	OMC - Organização Mundial do Comércio				
	Rótulo Ecológico União Europeia				
	Sociedade Ponto Verde				
	The European Commission's science and knowledge service				

maio de 2023 4/4